

Presidente: Boa tarde a todos. Vamos então continuar com os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 16 minutos.

Entramos agora nos pontos 8 e 9 da nossa Agenda. O ponto 8 é a **Anteproposta de Lei n.º 18/X – “Atribuição de subsídio de insularidade aos elementos das forças de segurança colocados na Região Autónoma dos Açores”**, apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD e CDS/PP e pelas Representações Parlamentares do BE, PCP e PPM; e o ponto 9 é a **Anteproposta de Lei n.º 20/X – “Atribuição de subsídio de insularidade aos elementos das forças e serviços de segurança colocados na Região Autónoma dos Açores”**, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS.

Considerando que as iniciativas são de idêntico teor, a Conferência de Líderes deliberou que o debate seria feito em conjunto e, como tal, acresce dez minutos a cada bancada aos tempos que habitualmente utilizamos.

Informar ainda que a Anteproposta de Lei, como é subscrita por mais do que um partido, também cada um deles dispõe de mais cinco minutos.

As apresentações são feitas em separado, pergunto, por parte... É a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Sendo assim, tem a palavra para apresentar a iniciativa.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É publicamente conhecida a falta de elementos das forças de segurança na Região Autónoma dos Açores, na senda daquela que é a dificuldade acrescida em estabelecer serviços públicos de proximidade nas regiões ultraperiféricas, tão mais difícil quanto a descontinuidade do território da Região, fator propiciador de diversos níveis de ultraperiferia numa região já de si ultraperiférica.

Os serviços prestados pelas forças de segurança são uma garantia constitucional da exclusiva competência da República e um direito de todos os cidadãos portugueses, inclusive, e obviamente, dos cidadãos com residência na Região Autónoma dos Açores.

Os custos subjacentes à condição insular são unanimemente reconhecidos e justificam medidas compensadoras para quem garante serviços públicos, da competência do Estado, nas Regiões Autónomas, bem como, no caso da Região Autónoma dos Açores, de um complemento regional ao salário mínimo que abrange o setor privado e a Administração Pública Autónoma. Sem o reconhecimento destes custos acrescidos associados à condição de insularidade, não haveria lugar à respetiva compensação, por via do subsídio de insularidade, e colocar-se-ia em causa uma verdadeira abrangência nacional de todos os serviços públicos, com consequências

perversas relativamente à condição de igualdade de todos os cidadãos e cidadãs perante os seus direitos e deveres.

Todos os cidadãos e cidadãs com residência na Região Autónoma dos Açores gozam de medidas compensatórias que atenuam os sobrecustos da insularidade. Assim, além da universalidade do complemento regional ao salário mínimo, a Região usufruiu de um sistema fiscal condizente com a sua realidade económica e do subsídio de insularidade para todos os funcionários públicos que garantem serviços públicos que são da competência do Estado, numa interligação e complementaridade entre competências autonómicas e constitucionais.

É pois incompreensível que nem todas as forças de segurança na Região usufruam de subsídio de insularidade, assistindo-se a uma desigualdade de tratamento que deve ser corrigida. Se por um lado, elementos dos Serviços de Estrangeiro e Fronteiras e da Polícia Judiciária têm, e bem, acesso ao subsídio de insularidade, por outro lado, é inaceitável que os elementos da Polícia de Segurança Pública, militares da Guarda Nacional Republicana e elementos da Polícia Marítima continuem sem direito a aceder a tal subsídio.

A desigualdade de tratamento entre elementos das forças de segurança na Região Autónoma dos Açores é ainda mais inexplicável e insustentada, se tivermos também em consideração que de entre elementos da Polícia de Segurança Pública, só se garantiu o acesso ao subsídio de insularidade àqueles que estão colocados na ilha de Santa Maria e que só os elementos da Polícia Judiciária, em regime de comissão de serviço, têm direito a tal subsídio. Portanto, sem o reconhecimento da condição de insularidade a todos os elementos das forças de segurança colocados na Região Autónoma dos Açores, independentemente da ilha onde se encontrem colocados ou o carácter dessa colocação, favorece-se um sistema discricionário.

Face ao sentimento de insegurança - decorrente de um aumento da criminalidade, muito por culpa das políticas de austeridade que trouxeram o aumento do desemprego e da precariedade laboral, assim como o desinvestimento na educação e em medidas que possibilitassem o aumento do investimento público, capaz de impulsionar o investimento privado e o consumo, com a consequente criação de postos de trabalho e aumento de salários - urge incentivar a fixação de elementos das forças de segurança na Região para persuadir a prática criminosa e, quando for necessário, na ação direta contra o crime, para garantir a segurança pública.

É crucial que se reconheça o esforço feito pelos elementos das forças de segurança, a sua dedicação e espírito de entrega à causa pública, incluindo riscos para a sua própria segurança, ao ponto de prestarem serviços para os quais não são pagos, ou pagos tardiamente (como a prestação de horas extraordinárias), sem que lhes sejam pagos subsídios de turnos, apesar de

trabalharem por turnos, de serem agredidos e desprovidos de infraestruturas e recursos para a prossecução da sua missão.

A urgência da atribuição de subsídio de insularidade aos elementos das forças de segurança colocados na Região Autónoma dos Açores ficou bem patente aquando do anúncio do reforço de colocação de 24 agentes na Região, para serem distribuídos pelas 35 esquadras. Esse reforço, para além de insuficiente, tarda em fazer-se cumprir, pois só cerca de metade dos agentes aceitaram a colocação na Região, independentemente da ilha ou do concelho, pois se é difícil atrair e fixar elementos das forças de segurança em Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta, ainda mais difícil é fixar operacionais na periferia da ultraperiferia.

Assim, o acesso ao subsídio de insularidade não garante, só por si, a fixação de elementos das forças de segurança na Região, mas não deixa de ser um contributo importante, e um primeiro passo num processo de melhoramento das condições oferecidas às forças de segurança na Região Autónoma dos Açores.

Por todas estas razões, a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda, o Grupo Parlamentar do PSD e do CDS, a Representação Parlamentar do PCP e do PPM apresentam a esta Casa, em conjunto, uma anteproposta de lei que visa garantir a atribuição do referido subsídio de insularidade aos elementos da Polícia de Segurança Pública, da Guarda Nacional Republicana e da Polícia Marítima que prestam serviço na RAA, bem como para os elementos da Polícia Judiciária que não auferem de qualquer complemento remuneratório deste tipo.

Ressalva esta anteproposta de lei também que os elementos das forças de segurança do Estado que prestam serviço na RAA e que já recebem um acréscimo remuneratório relativo a insularidade podem optar pelo regime que lhes for mais favorável, mediante um requerimento dirigido ao competente superior hierárquico.

O montante deste subsídio será fixado em 150 euros mensais e será majorado em 20% para todos os elementos que prestem serviço na RAA, com a exceção dos elementos que prestem serviço na ilha de São Miguel e na ilha Terceira.

O montante a que me referi será atualizado no mesmo momento e percentagem que se verificar a atualização salarial anual fixada pelo Estado português e o pagamento deste subsídio de insularidade será acompanhado ou acoplará à remuneração mensal durante 12 meses no ano.

Finalmente, têm direito a este subsídio de insularidade, mais uma vez e repito, todos os elementos das forças de segurança que prestam serviço na RAA, designadamente elementos das Polícias de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana, Polícia Marítima e Polícia Judiciária.

Finalmente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, sobretudo, clarificar junto dos açorianos e das açorianas que os montantes

relativos à atribuição deste subsídio sairão do Orçamento de Estado e não do Orçamento da Região, porque estes elementos são funcionários da Administração Central e não funcionários da Administração Regional.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Agora, para a iniciativa Anteproposta de Lei n.º 20/X, apresentada pelo PS, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Por uma questão de economia de tempo, não farei a leitura da nossa proposta, apenas algumas referências a ela e assim como à anteproposta subscrita pelos restantes partidos presentes nesta sala.

Começava por realçar o espírito de diálogo que existiu entre todas as forças na tentativa de se alcançar um entendimento e apresentarmos uma anteproposta única para a atribuição de um subsídio de insularidade a todos os elementos das forças de segurança em serviço na RAA.

Apesar de não ser possível o consenso desejado, mas porque todos reconhecemos os custos inerentes a vivermos numa região ultraperiférica, estamos perante duas antepropostas que são substancialmente diferentes.

Analisando os pressupostos da anteproposta subscrita pelo PSD, CDS-PP e pelas Representações Parlamentares do PPM, Bloco de Esquerda e PCP, refiro que são exatamente as mesmas da proposta inicialmente apresentada pela Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda. Encontrámos nelas alguns aspetos com os quais não estamos de acordo e pontos que nenhum subsídio de insularidade resolverá. Refiro-me, por exemplo, à reivindicação do chamado subsídio de turno para os agentes da PSP; este só será solucionado mediante a revisão do seu estatuto.

Também não se percebe a referência a medidas compensatórias que gozam todos os residentes na região, e aqui deixo uma pergunta: Então, os elementos das forças de segurança não beneficiam das mesmas regalias? Parece-me que sim, uma vez que para tal basta adquirir o estatuto de residente.

Ainda no âmbito do preâmbulo, referem que o aumento da insegurança resultante do aumento da criminalidade, que, segundo os proponentes, resulta de políticas de austeridade que aumentaram o desemprego, a precariedade, bem como a redução do desenvolvimento na educação e em investimentos públicos, não posso deixar de saudar o PSD e o CDS-PP por terem agora reconhecido aquilo que nós, durante esta legislatura, afirmámos e que eles fingiram e ignoraram.

Relativamente ao objeto, abrangência e valores das duas antepropostas, constata-se que são bastante diferentes. Enquanto a anteproposta dos restantes partidos propõe a atribuição de um subsídio aos elementos da PSP, GNR, Polícia Marítima e Polícia Judiciária, que não auferem qualquer

complemento, a anteproposta do PS é manifestamente mais abrangente e justa, uma vez que, para além daquelas forças, propõe que o subsídio seja extensivo a todas as forças e serviços de segurança em serviço na região, como é o caso do corpo de Guardas Prisionais e o pessoal civil de que delas fazem parte.

Relativamente aos montantes, também existem diferenças significativas. Enquanto a anteproposta dos partidos da oposição apresenta valores mais elevados e, conseqüentemente, mais do agrado dos diversos sindicatos representativos dos trabalhadores, a nossa propõe os mesmos valores do complemento regional de que têm beneficiado os trabalhadores da Administração Pública Regional e Local.

Não posso deixar de referir, desde já, que, para além da maior abrangência da nossa anteproposta, existe ainda um fator de enorme importância que é não aumentarmos as desigualdades entre trabalhadores da Administração Pública, fator muito importante para a manutenção da paz social em que vivemos e para este objetivo, claramente, só a nossa anteproposta contribuiu.

Pelo exposto e conforme já transmitimos nas reuniões da Comissão de Política Geral, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não poderá dar o voto favorável à proposta subscrita pelos restantes partidos e votará favoravelmente aquela que apresentámos.

Disse.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O senhor também subscreveu!

Deputada Graça Silva (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria começar por dizer que esta anteproposta de lei, que hoje é subscrita também pelo PSD, é, em primeiro lugar e desde logo, o assumir de um compromisso, o formalizar de um compromisso assumido, em 2009, já materializado, em 2010, e reapresentado agora por iniciativa do Bloco de Esquerda, a mesma iniciativa que o PSD apresentou, em 2010.

Ora, não é pelo facto de ter sido o Bloco de Esquerda a reapresentar a iniciativa que o PSD passa a pensar de forma diferente. O PSD continua a ter a mesma coerência que tinha, em 2010, o PSD continua a reconhecer que os agentes das forças de segurança têm direito ao subsídio de insularidade,...

Deputado Berto Messias (PS): E entre 2011 e 2015? Era interessante que o senhor nos explicasse o que se passou entre 2011 e 2015!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Deputado Berto Messias (PS): É uma pergunta em aparte: o que é que se passou entre 2012 e 2015?

O Orador: Pergunte ao Sr. Eng.º José Sócrates, que ele, melhor do que ninguém, lhe explica.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): É melhor mudar de disco!

O Orador: É difícil e ainda hoje custa muito a ouvir!

E vou dizer-lhe mais uma coisa, Sra. Secretária.

Deputado Jorge Macedo (PSD): E vai custar muito mais ainda!

O Orador: Eu voltei a votar em Passos Coelho e voltaria a votar em Passos Coelho!

(Burburinho geral)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Eu não sei se os senhores voltariam a votar em Sócrates! Talvez, talvez!

O Orador: Voltariam! Muito bem!

(Burburinho geral)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Mas há várias razões substanciais que nos levam também a subscrever esta proposta, desde logo,...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados! Esta questão é completamente paralela àquilo que nos traz aqui, esta tarde.

Sr. Deputado Bruno Belo.

Deputado José Ávila (PS): Oh, Jorge, tens orgulho no Passos Coelho?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito orgulho!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Vocês têm orgulho no Sócrates?

Deputado Luís Garcia (PSD): Endireitou o país que vocês levaram à bancarrota!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Já não podes dizer o mesmo de Sócrates!

Deputado Luís Garcia (PSD): Credibilizou o país!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Já não podes dizer o mesmo de Sócrates!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): É, Jorge, eu vou arranjar um capacete para ti!

Deputada Graça Silva (PS): Nem dizemos o mesmo do Passos Coelho!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E o mesmo não se pode dizer do PP!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Eu não sou do PP! Eu sou do CDS!
Não é nada de novo!

(Burburinho geral)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Quando entenderem que o Sr. Deputado Bruno Belo pode continuar a sua intervenção... Muito obrigada.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Deputado Berto Messias.

Deputada Graça Silva (PS): Agradeça!

O Orador: Já lhe disse, Sr. Deputado.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O n.º 33 de Évora!

Presidente: Sr. Deputado Bruno Belo, faça o favor de continuar.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Mas existem várias razões substanciais que nos levam a continuar a subscrever essa proposta e a defender aquilo que defendíamos já em 2010.

Deputada Graça Silva (PS): E então por que é que não fizeram essa proposta?

O Orador: Desde logo, a preocupação com a segurança de bens e pessoas. Por outro lado, também o facto de um dos indicadores mais importantes que avaliam uma sociedade desenvolvida ser os níveis de segurança e obviamente que os Açores, hoje, têm uma responsabilidade acrescida no que diz respeito ao turismo e é evidente que um dos ativos muito valorizados no turismo é, sem dúvida nenhuma, a segurança.

Por outro lado, a estabilidade dos corpos das forças de segurança, nos Açores, e essa estabilidade consegue-se dando condições a que os agentes de segurança estejam...

Deputado José San-Bento (PS): Isso não é o subsídio de insularidade! Já lhe expliquei várias vezes!

O Orador: ... nas nossas esquadras, nos nossos postos das forças de segurança, na região. Estima-se, por exemplo, e a título de exemplo, que a PSP deveria ter 1300 agentes, na região; neste momento, tem 895.

Deputado Francisco César (PS): Só agora é que o senhor se lembra disso?

O Orador: Não.

Neste momento, temos 895. Por outro lado, uma questão de justiça. Já temos agentes das forças de segurança, nos Açores, que já recebem um subsídio de insularidade. Uma parte dos agentes que estão nos Açores, nomeadamente os que estão em Santa Maria, já recebem o subsídio de insularidade. Ora, é totalmente injusto que as restantes ilhas dos Açores, os

agentes que prestam serviço nas restantes ilhas dos Açores não sejam tratados da mesma forma.

Por outro lado, eu ouvi o Sr. Deputado Manuel Pereira, há bocadinho, fazer referência a que a proposta do Partido Socialista era mais abrangente.

Deputada Graça Silva (PS): E ouviu muito bem!

O Orador: Pois, mas realmente é muito mau, porque eu não percebo como é que se consegue classificar uma proposta de mais abrangente quando exclui 70% dos agentes da PSP, por exemplo.

Eu vou só ler-lhe aqui um parágrafo do parecer que nos foi enviado por um dos sindicatos: “A remuneração base de um agente da PSP, no primeiro índice remuneratório, é de 978, 49 euros, pelo que consideramos que a proposta do PS, estes agentes iriam receber 55% do subsídio, ou seja, 31,81 euros mensais, sendo que nos Açores...

Deputado José San-Bento (PS): Isso é que é o subsídio de insularidade!

O Orador: ... o número de agentes nesta situação representa cerca de 15%, o efetivo total dos Açores, no valor aproximado. Por outro lado, e devido ao envelhecimento dos elementos que compõem as forças de segurança nos Açores, nomeadamente os da PSP, o vencimento médio destes profissionais é de 1472,82 euros, o que significa que ficariam fora do âmbito da proposta de lei, ou seja, iriam receber zero euros, com a agravante de que a percentagem dos profissionais nesta condição ronda os 70%”. Ora, isto é que é uma proposta mais abrangente, quando exclui 70% dos elementos da PSP, na região?

Deputado José San-Bento (PS): Não exclui 70%!

O Orador: Pronto!

Por outro lado, há aqui uma questão de coerência. Em 2010, e Sr. Deputado Berto Messias,...

Deputado Berto Messias (PS): Diga, diga!

O Orador: ... perguntava o que é que mudou de 2010 para cá.

Deputado Berto Messias (PS): 2011! Governo da República PSD e CDS!

O Orador: Em 2010, o Partido Socialista aprovou a anteproposta de lei que foi apresentada nesta Casa e tinha um elemento que é substancialmente diferente, é que o valor que, na altura, estava em causa era o valor percentual diretamente aplicado aos vencimentos dos agentes das forças de segurança. Ora, nesta altura, os senhores aprovaram este montante, mas ainda lhe quero dizer mais.

Deputado José San-Bento (PS): E foi em 2010! Vamos falar deste ano!

O Orador: Nesta altura, quando os senhores aprovaram um montante diretamente proporcional ao vencimento estava bem e o Partido Socialista aprovou; hoje, o Partido Socialista tem uma proposta que aplica uma percentagem inversamente proporcional ao vencimento.

Eu gostaria de perguntar ao Partido Socialista quantas pessoas, quantos agentes os senhores pensam trazer para a região ou aumentar o efetivo na região com um apoio de 14,46 euros.

Deputado José San-Bento (PS): Mas o objetivo não é esse! O que o senhor quer é um subsídio à fixação!

O Orador: É esta a finalidade de um objetivo de insularidade. O objetivo do subsídio de insularidade é também a fixação de agentes na região. Foi a nós, na Comissão, referido textualmente, por um dos sindicatos, que o aumento dos 24 agentes que recentemente chegaram à região vieram porque tiveram os 60 dias de ajudas de custo, abonados dos 60 dias de ajudas de custo. Portanto, é claramente um incentivo à fixação de agentes na região, Sr. Deputado.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado José San-Bento (PS): Então não lhe chame subsídio de insularidade!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento, a Mesa não tem mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado José San-Bento, tem a palavra.

(*) Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O que me lava a pedir o uso da palavra nesta fase do debate tem a ver com a intervenção do Sr. Deputado Bruno Belo, em que comete algumas imprecisões...

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: ... e algumas incoerências, que eu vou tentar explicar.

Deputado Luís Garcia (PSD): Incoerências!? No vosso caso não é incoerência, é cambalhota!

O Orador: Sim, sim, incoerências.

Oh, Sr. Deputado, eu espero que a gente possa ter, nesta Casa, um debate sem grandes exaltações, sobre uma matéria que é realmente importante e que mereceu abordagens diferentes, perfeitamente legítimas, de dois setores distintos. O Partido Socialista tem a sua proposta e a oposição, em conjunto, tem outra proposta. Isso é natural, isso até é saudável, o que interessa é nós explicarmos e definirmos bem o que é que está em causa.

Portanto, estas propostas, tendo a mesma designação e sendo discutidas, e muito bem, como decidiu a Sra. Presidente, em conjunto, são, de facto, distintas e o que o PS propõe, e o meu colega Manuel Pereira já teve oportunidade de explicar isso, creio que de uma forma muito clara, é realmente um subsídio de insularidade, ou seja, uma prestação pecuniária para fazer face aos sobrecustos de viver nas ilhas dos Açores. Não temos a

pretensão de termos a melhor proposta do mundo, uma proposta absolutamente perfeita, achamos que é uma proposta boa, como é óbvio, meritória e que, a ser aprovada, institui um princípio muito importante para as forças de segurança colocadas na região, e daí o nosso empenho e o nosso trabalho, ao longo de vários meses, na preparação e no debate destes temas.

Aquilo que a oposição faz é, e isso ficou muito claro na intervenção do Sr. Deputado Bruno Belo, que tem todo o direito de a fazer, eu percebi a lógica da sua intervenção, só que assinalei a incoerência nos termos que eu vou passar a referir.

O senhor o que está, no fundo, a defender, e a proposta é conjunta, eu não quero tirar os méritos ao Bloco de Esquerda, que foi a primeira força a apresentar uma proposta, o senhor o que quer é um subsídio de fixação para os agentes, um acréscimo salarial e outros incentivos. Desculpe, mas é isso. Se o senhor reparar na intervenção que acabou de fazer, foi isso que, no fundo, o senhor defende, só que lhe chama subsídio de insularidade. Em nosso entender, esta perspetiva não é correta, Sr. Deputado, não é correta. O PS defende um subsídio de insularidade que é efetivamente um subsídio de insularidade. E mais, é um subsídio atribuído nos exatos termos daquilo que já vigora para a Administração Pública Regional e também para a Administração Local, nos Açores. Portanto, uma tabela com uns escalões, um subsídio que é regressivo, ou seja, quem mais recebe de vencimento menos tem de apoio de subsídio de insularidade, parece-nos ser a forma de nós não promovermos uma discriminação entre aquilo que a Administração Regional faz para os seus funcionários e aquilo que nós propomos que a Administração Central faça para os seus funcionários também nos Açores. Portanto, por isso é que nós achamos que é uma proposta que não promove discriminações, é uma proposta justa, é uma proposta transparente e é uma proposta com equidade e isso é da maior importância, porque, como já referi, nós estamos a tratar de forma distinta situações que são diferentes, e isso, para nós, é que é equidade.

Aquilo que os partidos da oposição aqui propõem é uma medida de igualdade absoluta, uma medida que, desculpem que vos diga, é inspirada na extrema-esquerda.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Deputado, vem falar de extrema-esquerda para aqui? Fale da geringonça!

O Orador: É 150 para todos, seja para quem ganha...

Oh, Sr. Deputado, acompanhe o meu raciocínio, que vai concordar. Não tem nada a ver com geringonça. Sr. Deputado, não tente desvirtuar as minhas palavras. Preste atenção e vai ver que concorda com o raciocínio.

Portanto, a proposta da oposição é uma proposta que não tem equidade e por isso mesmo está ferida de injustiça, porque é uma proposta que se inspira, e eu não acho que isso seja ofensivo para ninguém, numa lógica da

extrema-esquerda: igualdade absoluta, 150 euros para todos, para os agentes que ganham 1000, que ganham 2000, que ganham 3000, que ganham 4000, é 150 para todos.

(Aparte inaudível da Deputada Zuraida Soares)

O Orador: Oh, Sra. Deputada, deixe-me terminar!

Nós não concordamos com essa abordagem, os senhores são perfeitamente legítimos. Aliás, Sra. Deputada, isto vindo do Bloco de Esquerda e vindo do PCP, sinceramente, não admira ninguém nesta bancada. Agora, ser acompanhado pelo CDS-PP e pelo PSD, é uma questão que nos parece, no mínimo, estranha e incoerente e que, de facto, surpreendeu-nos, mas foi o caminho que os senhores seguiram.

Portanto, estas são as grandes diferenças, e termino. Acho que ficou muito clara a posição do PS e a proposta do PS, com uma conclusão óbvia. O PS quer atribuir um subsídio de insularidade às forças de segurança colocadas na região que obedeça a critérios de justiça, proporcionalidade e equidade; a oposição quer um subsídio de igualdade absoluta para todos, sem ponderar, sem discriminar e isso não nos parece a forma justa de tratar esse problema e não nos parece, aliás, a forma correta desta matéria ter vencimento na Assembleia da República, como sabem,...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... e isso a Sra. Deputada Zuraida Soares explicou muito bem, esta proposta, sendo aprovada aqui, é remetida para a Assembleia da República e só então, se for aprovada lá, é que entrará em vigor.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado António Marinho (PSD): Em 2010 também foi assim!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares, para uma interpelação, tem a palavra.

(* **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às 16 horas.

Eram 15 horas e 47 minutos.

Presidente: Vamos então dar continuidade ao debate.

Está inscrito o Sr. Deputado Manuel Pereira.

Eram 16 horas e 08 minutos.

(* **Deputado Manuel Pereira (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados:

Para rebater algumas das afirmações que o Sr. Deputado Bruno Belo aqui fez, naturalmente, por falta de informação, e corrijam-me também se a minha estiver errada, o que acontece é que em Santa Maria o que recebem não é um subsídio de insularidade, mas, sim, é atribuído um subsídio de residência, através de um decreto-lei de 1951.

Deputado José San-Bento (PS): Ele sabe! Estava era a fazer-se distraído!

O Orador: Portanto, é esse, é, de facto...

Depois, relativamente também à questão dos valores da nossa proposta praticamente não abrangerem ninguém, eu posso e poderei fazer chegar uma cópia do balanço social da PSP, de 2014, em que refere, por exemplo, salários até 1000 euros, há uma percentagem a nível nacional de 23,37%. Portanto, as suas contas e as contas do sindicato que referiu, naturalmente, de boa-fé, mas não correspondem à realidade, de acordo com o balanço social que foi publicado.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, quando se fala em segurança e falta de efetivos, com os dados que constam do processo e foram fornecidos, quer pelo Comando da GNR, quer pelo Comando da PSP, o Sr. Deputado, se calhar, terá feito as mesmas contas do que eu e, por exemplo, relativamente à ilha das Flores, entre elementos da PSP e GNR, temos para cada 97 habitantes, tendo por base os censos de 2011, um agente da autoridade. Parece-me que é até talvez excessivo. Em contrapartida, posso dizer que há outras ilhas em que efetivamente esses números sobem, mas também não para números muito alarmantes. O caso mais flagrante, que apenas tem um soldado da GNR, será o Corvo, para 430 habitantes, mas é São Miguel, com um elemento para cada 265 habitantes.

Portanto, no que toca a falta de efetivos, é certo que o Comando reconhece que existe falta, como existe falta em muitas outras áreas e, naturalmente, seria o ideal, deveria ter mais e, se calhar, atingirmos os rácios que estão para a ilha das Flores.

Portanto, penso que estar a argumentar que a anteproposta do Partido Socialista de aplicar exatamente a mesma tabela que é aplicada aos funcionários da Administração Local e da Administração Regional não se aplica a quase ninguém parece-me falsa e é, efetivamente, uma proposta, a nossa anteproposta, muito mais justa, porque não cria, como aqui já foi dito, desigualdades entre trabalhadores da Administração, seja ela central, local ou regional.

Portanto, é esse o princípio que nós seguimos, o princípio da justiça, porque ninguém compreenderia por que é que um comandante da GNR ou da PSP auferiria 150 euros/mês quando um trabalhador da Administração Pública recebe, no máximo, os 57 euros/mês. Portanto, a proposta que o PSD subscreve criaria desigualdades e é isso que nós não queremos fazer e não queremos criar.

Disse.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Começar esta intervenção apenas para fazer aqui um esclarecimento relativamente a uma interpretação que considero não ser muito rigorosa, até porque labora num erro e que foi proferida pelo Deputado José San-Bento e que tem a ver com o facto de considerar que o PCP (o Bloco de Esquerda responderá por si) considera que o melhor é ser igual para todos.

Deputado José San-Bento (PS): É o que está na proposta!

O Orador: É o que está na proposta, mas V. Ex.^a diz uma outra coisa e generalizou. Portanto, de facto, não é assim, o PCP não quer igual para todos.

Deputado José San-Bento (PS): Quer, quer!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É uma interpretação excessiva!

O Orador: Eu vou explicar-lhe! Eu vou explicar-lhe dando-lhe um exemplo, portanto, V. Ex.^a labora efetivamente num erro e que tem a ver com o seguinte.

O que nós consideramos que deve ser igual para todos é, por exemplo, o acesso à saúde, que deve ser igual para todos, e porquê? Por que é que não deve haver uma dupla tributação, por exemplo, nas taxas moderadoras? Porquê? Porque a diferenciação se fez exatamente em sede de tributação fiscal. Portanto, é bom que V. Ex.^a não generalize a sua apreciação sobre a questão do igualitarismo proposto pelo PCP.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Deputado, estamos a falar de uma proposta que o PCP subscreve!

O Orador: Portanto, V. Ex.^a está a laborar num erro e corrigido que está o erro, vamos então a algumas considerações sobre as duas propostas aqui em análise, sendo que uma delas é subscrita pelo PCP.

Há uma questão que me parece que todos concordamos que é a necessidade de garantir aos trabalhadores do Estado, e sendo essa uma responsabilidade do Estado, e esta iniciativa, quer uma, quer outra, remete exatamente para o Estado...

Deputado José San-Bento (PS): Tem a sua assinatura aqui!

O Orador: ... os encargos com a atribuição do chamado subsídio de insularidade, que, hoje, de uma forma ou outra, será criado para as forças de segurança na RAA, importa, logo, dizer que se trata de uma questão de justiça. Aliás, outros serviços do Estado, e durante muito tempo, estes complementos salariais ou outros tipos de apoios foram concedidos pelo Estado aos seus funcionários na RAA, porque o Estado considerava

exatamente, e considera, que viver na RAA tem custos acrescidos. Há, portanto, associado ao viver na RAA aquilo que se chama e que vulgarmente é dito como custos de insularidade, que, infelizmente, tem sido um conceito um pouco abandonado no discurso político, mas que importa recuperar, porque, efetivamente, existem custos de insularidade. Viver na RAA não é exatamente a mesma coisa que viver no território continental. E isso foi reconhecido pelo Estado quando encontrou soluções de apoio aos funcionários, desde o Ministério da Justiça ao Ministério da Defesa, ao Ministério da Administração Interna, etc., e, portanto, não podemos é deixar que alguns trabalhadores do Estado, na RAA, não beneficiem de apoios, pelo facto de haver custos de insularidade efetivos. Aliás, isso serviu também de base para que, na RAA, a partir do fim da década de 90, se tivesse criado, para os trabalhadores da Administração Pública Local, um conjunto de complementos remuneratórios e também apoios por via da tributação fiscal, deduzindo o valor da tributação fiscal para todos os açorianos.

Há aqui uma questão que, entretanto, vem, emerge aqui nesta discussão e que tem a ver com o seguinte. O PCP até nem se importaria de subscrever a proposta que foi apresentada pelo PS. A questão é a seguinte e quando nós analisamos a proposta do Partido Socialista há uma questão que fica logo evidenciada que é o valor exíguo,...

Deputado José San-Bento (PS): Exíguo?!

O Orador: ... miserável,...

Deputado José San-Bento (PS): Miserável?!

O Orador: ... da base da remuneração complementar, porque, como nós todos já percebemos, a proposta do Partido Socialista encosta à atribuição deste subsídio de insularidade ao...

Deputado André Bradford (PS): Indexa!

O Orador: Eu vou aproveitar os apartes sempre muito oportunos do Deputado André Bradford para retirar “encosta” e indexar.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Indexa à renumeração completar na Administração Pública Regional a atribuição do subsídio de insularidade.

Mas como muito bem demonstrou o Deputado Bruno Belo, há pouco, na sua intervenção,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor parece que está a fazer uma acostagem!

O Orador: ... aquilo que será efetivamente o pagamento de um subsídio de insularidade a um agente, por exemplo, da PSP, no início de carreira, é uma coisa que dá para aí 1 euro por dia.

Deputado José San-Bento (PS): É por aí!

Deputado Bruno Belo (PSD): Não é “é por aí”, é mesmo!

O Orador: Portanto, não me parece que enquanto o valor da renumeração complementar não atingir um valor aceitável, não contem com o PCP para a subscrição de uma iniciativa deste tipo. Porque se, de facto, a renumeração complementar tivesse um valor, fizesse alguma diferença em termos do apoio aos custos de insularidade, aí estaríamos perfeitamente de acordo, agora, assim não. E daí o facto de o PCP ter subscrito esta proposta que tem este mérito de atribuir um valor que, sendo igual para todos, mas, de qualquer forma, é um valor substantivo e que pode, efetivamente, contribuir não só para a vinda de elementos de segurança, mas, sobretudo (e não quero chamar a isto um subsídio de fixação), para fixar agentes das diferentes forças de segurança na RAA, independentemente de outras figuras que o Estado possa encontrar para a fixação de agentes de segurança e de outros funcionários do Estado na RAA. Agora, não me parece é que 1 euro por dia sirva de alguma coisa.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor fez 30 cêntimos para as pensões, o seu partido!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Prescindo.

Presidente: Prescinde.

Sendo assim, passo a palavra ao Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero dizer que relativamente ao consenso que foi procurado e o diálogo que foi estabelecido, nós podemos falar nisso quando os senhores quiserem. Não fomos nós que abandonamos a mesa das negociações. Em primeiro lugar.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Segunda questão. Sr. Deputado San-Bento, eu vou explicar-lhe o que é que o PSD quer.

Deputado José San-Bento (PS): Sem ser confuso!

O Orador: O PSD subscreveu uma proposta com um subsídio de insularidade que pretende que seja um subsídio digno, que atenua a insularidade e que seja justo e equitativo. Simplesmente isso.

Deputado José San-Bento (PS): Não é equitativo, Sr. Deputado. Não diga isso! O senhor não conhece o significado das palavras!

O Orador: Por outro lado, Sr. Deputado San-Bento, o Partido Socialista quer atribuir um subsídio que eu não quero exagerar na palavra, mas é uma esmola, é uma esmola de 1 euro por dia a quem começa a sua carreira nas forças de segurança e é uma esmola de 50 cêntimos por dia no último escalão. Portanto, realmente, eu acho que é ridículo propor isso a alguém que vem para os Açores prestar serviço. Em primeiro lugar.

Mais do que isso, Sr. Deputado San-Bento, aquilo que os senhores aprovaram, que inicialmente tinham aprovado, em 2010, se fosse hoje,...

Deputado José San-Bento (PS): O senhor é que falou do passado. Eu tentei resistir!

O Orador: ... (eu só lhe quero dizer isso para lhe explicar a sua equitatividade e a sua justiça) um agente, no início de carreira, receberia 78,90 euros, o que o senhor, hoje, quer dar são 31,80 euros. Ok? Se fossem chefes, eram 130 euros, se fosse um oficial, eram 151 euros. Portanto, àqueles que o senhor, hoje, quer dar 14,46 euros, percebe? É por isso é que a vossa proposta é incoerente, injusta...

Deputado José San-Bento (PS): Não é, não!

O Orador: ... e ridícula.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Francisco César (PS): Também não é preciso insultar!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Ana Espínola, tem a palavra.

(*) **Deputada Ana Espínola (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O CDS-PP também é subscritor desta iniciativa conjunta dos partidos da oposição que visa repor a justiça ao atribuir um subsídio de insularidade aos elementos das forças de segurança colocadas na região no montante de 150 euros.

O PS tem um entendimento diferente, que é legítimo, e apresenta uma iniciativa própria, que, certamente, irá ser aprovada, uma vez que tem a maioria. Só que, ao analisar-se a iniciativa do PS, o que se verifica é que a maioria dos agentes irá receber a redonda e generosa quantia de zero euros.

Deputado José San-Bento (PS): O Sr. Deputado Manuel Pereira já explicou isso!

Deputado Bruno Belo (PSD): Ninguém entendeu!

A Oradora: Para o CDS, o que entendemos é que esta é uma questão de justiça social e de se repor a equidade entre os agentes e elementos das forças de segurança em vez da atual discricionariedade existente.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP) e Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado José San-Bento, tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, obrigado. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Bruno Belo, eu já tentei explicar que a proposta que nós apoiamos no passado era uma proposta, a nossa proposta hoje, passados cerca de sete anos, é outra proposta diferente. Portanto, o PS lida bem com

isso, isso para nós não é incoerência, aliás, no essencial, os princípios mantêm-se, uma discriminação positiva como fator de igualdade...

Deputado Bruno Belo (PSD): Nós sabemos qual é a sua incoerência!

O Orador: ... através da atribuição de uma prestação pecuniária, um subsídio de insularidade para fazer face aos sobrecustos da insularidade da insularidade.

Lamento muito a forma como o senhor caracterizou essa prestação, mas já lá vamos. Agora, queria dizer-lhe uma coisa, Sr. Deputado. O senhor insiste muito na questão do passado.

Eu, como lhe disse, tentei resistir a falar aqui do passado, mas o que eu me lembro do passado, em matéria do subsídio de insularidade, sabe o que é? Foi este Parlamento ter aprovado, em 91, um subsídio de insularidade que foi a primeira coisa que o PSD revogou depois de vencer as eleições regionais de 92. É disso que eu me lembro do passado e era por isso que eu estava a resistir referir-me a isso,...

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: ... porque parece-me que não faz grande sentido nós estarmos permanentemente a falar do passado e do que fizemos, há 10, há 20 anos, acho que o registo deveria ser outro, mas, como lhe disse, eu tentei resistir duas vezes, o senhor insiste em falar do passado. Muito bem.

Quanto à abrangência da nossa medida.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Só no passado de José Sócrates!

O Orador: O meu colega Manuel Pereira já foi muito claro em relação a isso. É uma proposta que, obviamente, tem alcance, tem muita abrangência, os senhores estão a basear os vossos cálculos naquilo que os sindicatos indicaram e, como disse o meu Deputado Manuel Pereira, e muito bem, obviamente que nós compreendemos que os sindicatos tenham agido de boa-fé, mas, de facto, os dados oficiais da PSP são diferentes e, aliás, o meu colega, e muito bem, convidou-vos para, não só, tomarem conhecimento desse documento, como, inclusivamente, ele está na disponibilidade de vos enviar esses dados.

Portanto, o que é fundamental aqui é que os cinco partidos da oposição expliquem, mas expliquem de uma forma absolutamente clara, por que é que defendem que o Estado central deva pagar aos seus funcionários das forças de segurança colocados nos Açores um subsídio de insularidade que é muito superior e completamente diferente e com uma ponderação distinta daquilo que a Administração Regional paga...

Deputada Zuraida Soares (BE): Essa é uma boa pergunta! Muito bem!

O Orador: ... como remuneração complementar aos funcionários da Administração Pública Regional.

A Sra. Deputada Zuraida Soares está disposta a explicar isso aos 21 mil funcionários públicos açorianos?

Deputada Zuraida Soares (BE): Estou, sim senhora!

O Orador: Era isso que eu gostava de saber.

Deputada Zuraida Soares (BE): A começar por si!

Deputado Berto Messias (PS): Explique-nos, Sra. Deputada!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ainda bem que era a minha vez que é para não perder muito tempo a responder à pergunta do Sr. Deputado José San-Bento e, ao mesmo tempo, assim, à pergunta dos tais 21 mil elementos que estão à espera da resposta.

Sras. e Srs. Deputados, aquilo que o Partido Socialista está a tentar fazer baseia-se numa falácia,...

Deputado André Bradford (PS): Isso é com o Sr. Deputado Joaquim Machado!

A Oradora: ... com a qual quer convencer esta Casa e os açorianos e açorianas de que remuneração complementar e subsídio de insularidade são uma e a mesma coisa.

Deputado José San-Bento (PS): Eu vou abrir-lhe o diploma!

A Oradora: E não são, Sras. e Srs. Deputados. A remuneração complementar foi instituída levando em consideração os baixos salários auferidos na nossa região, portanto, trazer alguma justiça a esses baixos salários e, depois, também, para compensar os cortes a que eles foram sujeitos no anterior Governo.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Oh, senhora, que grande confusão!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Que grande confusão que os senhores fizeram!

A Oradora: O subsídio de insularidade reza assim: “Este subsídio de insularidade tem a sua origem, no que se refere às regiões autónomas, relativamente aos funcionários que eram deslocados do continente para serviços desconcentrados da administração nas regiões autónomas. Ora, para incentivar a deslocação destes cidadãos para as regiões autónomas, foi criado um subsídio de insularidade, de forma a compensá-los das despesas acrescidas que tinham ao deslocar-se do seu local de residência e a terem de suportar o custo de vida superior àquele que suportavam no território continental”. E é por isso, Sras. e Srs. Deputados, que os juízes colocados nesta região autónoma e dependentes do Ministério da Justiça recebem, e

bem, o subsídio de insularidade e é por isso que os notários recebem, e bem, o subsídio de insularidade, e é por isso que os funcionários das Finanças recebem, e bem, o subsídio de insularidade, e é por isso que a PSP de Santa Maria, sendo que aí temos que remontar aos anos de 1950 e pouco, mas recebe, e bem, o subsídio de insularidade, e é por isso que o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras recebe, e bem, o subsídio de insularidade, e é por isso que a Polícia Judiciária recebe, e bem, o subsídio de insularidade. E agora, Sras. e Srs. Deputados, é exatamente por isso que a PSP não recebe, e mal, o subsídio de insularidade, a GNR não recebe, e mal, o subsídio de insularidade, a Polícia Marítima não recebe, e mal, o subsídio de insularidade.

Ou seja, aquilo que está mal não são os que recebem, é aqueles que não recebem, e o subsídio de insularidade não é a remuneração complementar, o subsídio de insularidade é uma forma de atrair para a região, sempre foi, desde a sua criação, e continua a ser, quadros e profissões que faltam e o nosso ponto de partida, Sras. e Srs. Deputados, é que faltam agentes de segurança pública nesta região. É exatamente pela mesma razão que o Governo Regional criou, e bem, um *apport* aos médicos que se deslocam para esta região. Os médicos não recebem subsídio de insularidade, nem remuneração complementar, mas recebem, e bem, um prémio, uma forma de atração, uma majoração que não receberiam no continente, mas recebem na região autónoma para virem para cá, para ser atrativo vir para cá e porque na realidade viver numa região autónoma, sobretudo numa região autónoma como a dos Açores, com nove ilhas, tem sobrecustos acrescentados, é a tal periferia da ultraperiferia.

Portanto, querer convencer os açorianos e açorianas que subsídio de insularidade e remuneração complementar têm o mesmo objetivo, não colhe, porque não têm o mesmo objetivo.

Deputado José San-Bento (PS): Mas quem é que está a dizer isso? Sabe que isso não é verdade! Leia a proposta!

A Oradora: Seguidamente, o subsídio de insularidade tem para todos o mesmo preço e o mesmo custo, porque quando as pessoas se deslocam do continente, sejam juízes, notários, SEF, PSP, Polícia Marítima, GNR, quando se deslocam do continente para a RAA, comem nos mesmos restaurantes,...

Deputado José San-Bento (PS): Não comem, não!

A Oradora: ... compram no mesmo supermercado, vestem nas mesmas lojas, pagam o mesmo preço pelos transportes, e isso é que são os custos da insularidade.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isso são os deslocados!

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): O subsídio de insularidade é igual para todos, independentemente do seu rendimento!

A Oradora: Portanto, é absolutamente caricato que o Partido Socialista pense que é possível encontrar um argumento que diga qualquer coisa como isto: há uns polícias especiais, há uns elementos da segurança pública especiais no SEF, na Polícia Judiciária, por exemplo, que têm direito ao subsídio de insularidade, quando outros colegas seus, que trabalham nas mesmas ilhas, que fazem a mesma coisa, no sentido de velar pela segurança pública, que comem exatamente os mesmos preços dos alimentos, esses não têm direito.

Portanto, vir o Partido Socialista falar de equidade e de igualdade e tratar diferente...

Deputado José San-Bento (*PS*): De igualdade sabem os senhores!

A Oradora: ... aquilo que é diferente, é uma coisa perfeitamente, volto a repetir, caricata, porque não há elementos dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras diferentes entre si, fazem a mesma coisa; não há elementos da PSP diferentes. Um elemento da PSP em Santa Maria não é diferente daquele que está em São Miguel.

Deputado José San-Bento (*PS*): Oh, senhora, isso são outras carreiras!

A Oradora: Então, por que é que o de Santa Maria recebe, e bem, o subsídio de insularidade e os outros não recebem?

Portanto, não vamos confundir mais as coisas,...

Deputado José San-Bento (*PS*): A senhora é que está a confundir tudo!

A Oradora: ... tudo se resume a isto, Sras. e Srs. Deputados.

Feitas as contas, trazer equidade e justiça para os elementos da segurança pública na RAA tinha custos para a República, tinha custos para o Orçamento de Estado e obrigava o Estado a cumprir uma obrigação constitucional que tem para com esta região que é a sua segurança. E o Partido Socialista não quer onerar o Orçamento de Estado e por isso está a dar uma quantia ridícula que continua e autoriza que a desigualdade, a falta de equidade, a discriminação continuem nas forças de segurança pública na nossa região. Esta é que é a verdade. Não altera coisa nenhuma.

Deputado José San-Bento (*PS*): Não é, não senhora!

A Oradora: Finalmente, dizer também o seguinte, para terminar esta intervenção. O Bloco de Esquerda dá o seu apoio parlamentar ao Governo da República, mas o Bloco de Esquerda Açores defende os Açores em primeiro lugar e não tem o mínimo problema em dizer daqui, desta bancada e deste Parlamento, desta Câmara, que é do Orçamento de Estado que tem de sair o dinheiro necessário para garantir...

Deputado José San-Bento (*PS*): Isso é demagogia, Sra. Deputada, e a senhora sabe que é!

A Oradora: ... as obrigações constitucionais do Estado na RAA, com apoio parlamentar ou sem apoio parlamentar.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tenho aqui este cartão da Associação Socioprofissional da Polícia que integrei...

Deputado José Ávila (PS): Bem me parecia!

O Orador: ... entre 90 e 95.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então, o senhor foi agente de autoridade?

Deputado André Bradford (PS): Perdeu-se um grande polícia!

O Orador: Exatamente! Com todo o orgulho.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Isso explica muita coisa!

O Orador: E eu quero dizer que esta luta sindical é uma luta que acompanho há muitos anos, a luta pela dignificação dos agentes de segurança, das forças de segurança. É uma luta que eu acho que, na sociedade portuguesa, se tem vindo a impor, se tem vindo a reconhecer o mérito dos profissionais que zelam pela segurança dos bens, que zelam pela segurança das pessoas. Ocupam um papel fundamental na sociedade portuguesa, ocupam um papel fundamental na sociedade açoriana. Está aqui o cartão. Poderá verificar.

Eu devo dizer-vos que assisti com muita tristeza alguns discursos que aqui foram pronunciados no sentido de “guetizar”, de diferenciar os elementos da força de segurança pública em relação a outros profissionais e o que eu pergunto, a questão é esta: há pouco, a crítica era, “Bom, o tratamento igualitário, os senhores defendem o tratamento igualitário”. Exatamente! A igualdade e a democracia são fundamentais em qualquer sociedade e a igualdade é esta. Eu considero que não se dignifica as forças de segurança quando se acha que em relação aos magistrados tem que existir um determinado patamar de remuneração e em que os polícias de segurança pública se encontram numa posição inferior, que as forças de segurança se encontram numa posição inferior. Não, para nós, devem ser dignificados de igual forma, de forma igualitária, se quiser igualdade.

Quando diz que os oficiais de justiça devem estar num plano superior e que as forças de segurança e os elementos de segurança devem estar num plano inferior,...

Deputado André Bradford (PS): Ninguém disse isso!

O Orador: ... o que eu lhe quero dizer, Sr. Deputado José San-Bento é que eu defendo a igualdade de dignidade entre as forças de segurança e quem, por exemplo, trabalha como oficial de justiça.

Deputado André Bradford (PS): Ninguém disse isso!

Deputado José San-Bento (PS): Não seja demagogo!

O Orador: Ou quem trabalha nas Finanças e diz-me o senhor, “Mas eu não estou a favor, porque eu estou a favor da “guetização” e da diferenciação e da inferiorização das forças de segurança pública na RAA”,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... que é o que os senhores têm estado aí a defender.

Deputado André Bradford (PS): Tenha calma!

O Orador: Estão a dizer, “Tenha calma”, eu não posso ter calma quando vejo esta desigualdade a ser criada aqui, neste Parlamento, porque é evidente que para nós é absolutamente fundamental que estes profissionais tenham condições para exercer as suas funções na região, para que tenham todas as condições para exercer as suas funções aqui e que fiquem cá, contribuindo para a prosperidade da sociedade açoriana, contribuindo para a segurança das pessoas, contribuindo para a segurança de bens e de propriedades. Isto, para nós, é uma prioridade.

E meus senhores, eu não posso aceitar uma proposta em que 70% dos profissionais recebem zero (zero!) do suplemento remuneratório, de subsídio de insularidade que os senhores estão aqui a criar; 70% não recebe nada. Portanto, meus senhores, eu não posso, de forma alguma, aceitar que a vossa proposta seja apresentada como uma proposta que é superior ao conjunto dos partidos da oposição. O que nos une a todos nós, da esquerda à direita, é um sentimento de justiça, é um sentimento de prioridade que nós colocamos do ponto de vista de garantir, dignificar os profissionais que trabalham nas forças de segurança, de os dignificar. Isto é o que nos une a todos nós, porque o que nos une é uma sociedade civilizada, em que a segurança é fundamental, mas também a justiça e a justiça não tem estado garantida. E nesse sentido é evidente que tenho muita honra em participar com os restantes partidos nesta proposta e espero que o Partido Socialista nos acompanhe, ainda está a tempo, numa proposta que é justa.

Deputada Zuraida Soares (BE): Pode esperar sentado!

Deputado André Bradford (PS): Temos uma proposta!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Na vossa abandonam!

Deputado André Bradford (PS): Não abandonamos nada!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José San-Bento, tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, há, na sua intervenção, várias imprecisões que eu gostava, aqui, de deixar claras. A senhora citou um documento de uma forma descontextualizada e eu gostava de deixar claro, à Câmara,

tenho aqui a cópia, o DLR 8/2002/A justifica claramente essa prestação como sendo “Atenuar a diferença do nível do custo de vida nos Açores...”

Deputada Zuraida Soares (BE): Não, não! Leia o título primeiro!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Leia o título!

O Orador: ... em relação ao continente...”

Sra. Deputada, mas é preciso ver a lógica que está na fundamentação...

Deputada Zuraida Soares (BE): É a logica!

O Orador: Não tem a ver com o título, tem a ver, o objetivo da prestação é “Atenuar a diferença do nível do custo de vida nos Açores em relação ao continente, designadamente os derivados dos custos da insularidade”.

Deputada Zuraida Soares (BE): Isso é o acréscimo regional!

O Orador: Não é, não!

Portanto, isso que fique muito claro.

Além disso, a senhora continua a confundir igualdade com equidade, também confunde os subsídios de fixação de Santa Maria com o subsídio de insularidade, o que também não é correto, também ignora o facto de existirem carreiras diferentes, vencimentos diferentes, escalões diferentes, portanto, eu não me vou repetir, mas já deixei aqui claro que a nossa proposta é uma proposta que tem uma abordagem distinta da vossa,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Lá isso tem!

O Orador: ... nós achamos que é uma abordagem equitativa, é justa, é transparente e há uma coisa, Sra. Deputada, que não pode dizer, a senhora não pode dizer que nós não queremos onerar o Orçamento de Estado, como se o PS tivesse medo de onerar o Orçamento de Estado; o que nós não queremos é perder os bons argumentos para defendermos a necessidade de onerar o Orçamento de Estado, Sra. Deputada, porque a nossa proposta, como é óbvio, onera o Orçamento de Estado e, portanto, isso é óbvio, por isso a sua referência é demagógica, não faz qualquer sentido, o Partido Socialista obviamente que, através da proposta que apresenta, irá onerar, pelas nossas contas, em cerca de meio milhão de euros o Orçamento de Estado.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Manuel Pereira, tem a palavra.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Prescindo.

Presidente: Prescinde.

Sendo assim, tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Vice-Presidente:

Então, vamos ao DLR n.º8/2002/A, de 10 de abril, para o contextualizarmos de uma forma perfeita e o DLR tem como epígrafe o seguinte: “Estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional

ao salário mínimo, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional”.

Deputado José San-Bento (PS): A senhora já tinha lido isso antes, por isso eu não li!

A Oradora: É a epígrafe...

Pois, faltou-lhe dizer muita coisa, Sr. Deputado, e eu vou explicar-lhe o quê.

A criação destes regimes, de quais regimes? Do regime de atribuição do acréscimo regional ao salário mínimo, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional consta dos DLR n.º1/2000, n.º2/2000 e n.º3/2000, todos de 12 de janeiro, e “visa, por um lado, atenuar a diferença do nível do custo de vida nos Açores em relação ao continente, designadamente os derivados dos custos da insularidade,...”.

Deputado José San-Bento (PS): Foi isso que eu citei!

A Oradora: Está a referir-se a quê, Sras. e Srs. Deputados? Ao regime jurídico da atribuição do acréscimo regional ao salário mínimo. E depois continua, “... e, por outro lado, diminuir as desigualdades resultantes do baixo valor das remunerações ou pensões auferidas por uma taxa da população residente nos Açores, traduzindo-se numa medida de justiça social”. Está a referir-se a quê? Está a referir-se ao complemento regional de pensão e à remuneração complementar regional. Isto é que é contextualizar o documento, Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Mas estamos a falar de custos de insularidade ou não estamos?

A Oradora: E depois vamos falar de uma medida e de uma proposta equitativa, justa e transparente, que o Sr. Deputado José San-Bento reclama para a sua bancada e eu faço a seguinte pergunta: há guardas prisionais nesta região que, quando são chamados para cá, recebem, e bem, subsídio de insularidade. Para virem, para aceitarem vir.

Deputado José San-Bento (PS): Não é para isso!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É, é!

A Oradora: Aqueles que cá estão, Sras. e Srs. Deputados, não recebem subsídio nenhum. Portanto, quanto a equidade, transparência e justiça, para já, penso que posso dizer *I rest my case*.

Deputado José San-Bento (PS): Não pode, não!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Bruno Belo, tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sra. Secretária:

O Partido Socialista tem estado a fazer uma tentativa de confusão das coisas,...

Deputado José San-Bento (PS): Não estamos a fazer confusão nenhuma!

O Orador: ... propositadamente, mas é evidente que a gente não se vai deixar confundir,...

Deputado José San-Bento (PS): Agente já é da PSP!

O Orador: Pronto! Seja do que for!

... mas quero dizer-lhe uma coisa, Sr. Deputado San-Bento. Há bocadinho, quando o senhor disse que lidava bem com as suas incoerências, realmente isto mostra bem a forma séria com que o Partido Socialista encara esta anteproposta de lei. E eu deixava aqui uma pergunta (ainda bem que V. Ex.^a fez esse aparte): Sr. Deputado André Bradford, onde estão os socialistas sensatos desta região?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Onde estão?

Também ficamos a saber que o Partido Socialista defende que os outros funcionários da Administração Pública Central, na região, e que recebem subsídio de insularidade de valor fixo, passem a receber um subsídio de insularidade gradual e inversamente gradual, ou seja, por causa da equidade.

Então, não sei se o Partido Socialista irá propor que os funcionários das Finanças, do Ministério da Justiça passem a receber um subsídio,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: ... 50 cêntimos por dia ou outra coisa parecida.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A Dra. Arlinda Nunes!

O Orador: Por outro lado, também ficamos a saber que a insularidade nas Flores ou na Graciosa, para o Partido Socialista, é a mesma que em São Miguel, e obviamente que não é. Nós temos assimetrias e esta majoração que este diploma contempla visa atenuar essas assimetrias.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente do Governo, tem agora a palavra.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Muito rapidamente, em primeiro lugar, isso é uma matéria que, como foi aqui já referido, não tem impacto no Orçamento da Região, portanto, nós estamos a falar, e é bom situar, numa anteproposta de lei, que tem impacto no Orçamento de Estado e, portanto, não é uma matéria que diretamente tenha impacto no Orçamento da Região ou que tem a ver diretamente com essa matéria, mas tem um aspeto que eu penso que é fundamental,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É ilegal!

O Orador: ... que é o aspeto da coerência.

Eu não consigo identificar por que é que um funcionário público da Administração Regional,...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... funcionário público da região tenha menos compensação com a insularidade do que um funcionário público que é pago pelo Estado, ou seja, por que é que se distingue os funcionários em função da entidade para o qual são.

Deputado José San-Bento (PS): Exatamente!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Então, proponha para mudar!

Deputado João Bruto da Costa (PSDS): Proponha para as Finanças e para os magistrados para mudar!

O Orador: Segunda questão essencial. O argumento da Sra. Deputada Zuraida Soares é um argumento extremamente perigoso, porque a Sra. Deputada fala em subsídio de fixação ao falar em apoio à fixação.

Deputada Zuraida Soares (BE): Eu?

O Orador: Ao falar em apoio à fixação, a Sra. Deputada referiu que isto é um incentivo à fixação. Ora bem, ser um incentivo à fixação exclui,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Está aqui subsídio à insularidade!

O Orador: ... pela sua definição, os residentes da RAA e cria ainda uma discrepância e injustiça maiores.

Mas não é por aí que eu quero ir.

Deputada Zuraida Soares (BE): É melhor!

O Orador: A minha questão é muitos simples, Srs. Deputados. Nós estamos a falar de uma anteproposta de lei que será votada na Assembleia da República e será decidida pela Assembleia da República, esta discussão aqui é inócua, porque já chegámos à conclusão que o PCP, o Bloco de Esquerda, o PP e o PSD têm maioria na Assembleia da República. Portanto, independentemente de qualquer proposta que seja aqui aprovada, esta maioria fará vingar, na Assembleia da República, se tiverem coerência, aquilo que estão a defender na região.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Prescinde.

Passo então a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Vice-Presidente, Sr. Secretário:

Oh, Sr. Vice-Presidente, eu agora apetecia-me dizer, e? Quer dizer, e o Partido Socialista o que é que vai fazer na República? Vai votar contra, para ser coerente. Vamos lá a ver se nos entendemos.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Vai manter!

A Oradora: Coerência por coerência, o Partido Socialista vai ter que votar contra, na Assembleia da República, e os açorianos e açorianas vão ficar...

Deputado André Bradford (PS): A proposta que vai para a Assembleia República é a nossa! Não vamos votar contra a nossa!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Vai manter a sua!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: Portanto, quanto a coerência, Sr. Vice-Presidente, também estamos conversados.

Agora, aquilo que o Sr. Vice-Presidente fez é que é muito perigoso, porque é dividir para reinar, que é uma política conhecida, desde há muitos séculos, dividir para reinar. Aquilo que o senhor fez não se faz aos funcionários públicos desta região, aquilo que o Sr. Vice-Presidente fez foi dizer assim: “Cuidado, funcionários públicos da RAA! Há aqui uns que são de primeira, que são aqueles que dependem da Administração Central, e depois há os outros que são de segunda, que são aqueles que dependem da Administração Regional”. Isso é muito feio, Sr. Vice-Presidente, porque esta região...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Foi o que a senhora fez!

Deputado Manuel Pereira (PS): Mas é a realidade!

A Oradora: ... precisa dos funcionários públicos da Administração Central, Sr. Vice-Presidente, precisa dos notários, precisa das Finanças, precisa da Justiça, precisa do SEF, precisa da Polícia Judiciária, precisa deles todos, e a maior parte deles recebe o subsídio de insularidade, que o senhor atira à cara dos outros que dependem da sua administração. E isso não se faz, por isso é morder na mão que nos ajuda.

Portanto, essa tentativa de dividir para reinar também não pega, Sr. Vice-Presidente. Aquilo que o senhor devia dizer como Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores era assim: “Quem me dera a mim, Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores, poder pagar aos meus funcionários da Administração Regional, que eu tutelo, o mesmo que recebem os funcionários da Administração Central, com o subsídio de insularidade”. Se o senhor dissesse isto, era de extrema-esquerda, Sr. Vice-Presidente, era daquela esquerda caviar que tanta impressão faz ao Sr. Presidente do Governo Regional.

Deputado José San-Bento (PS): A senhora é que defendeu a honra ontem!

A Oradora: E pelos vistos também a outros deputados, nomeadamente ao Sr. Deputado José San-Bento. Mas como o senhor se limitou a fazer aquilo que o senso comum faz, que é invejinha, uns têm e os outros não têm e, portanto, como há aqueles que não têm, ninguém pode ter, isto chama-se nivelar por baixo, o senhor defende e pertence a uma esquerda muito pequenina, Sr. Vice-Presidente.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Bruno Belo, tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Sr. Membros do Governo:
Em primeiro lugar, eu fico contente porque o Sr. Vice-Presidente acabou de recomendar à bancada do Partido Socialista que aprovassem a proposta subscrita pelo PSD.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

Deputado Manuel Pereira (PS): Do PSD ou conjunta!?

O Orador: Acho que é sensato, é sensato, Sr. Vice-Presidente. Afinal, é sensato.

A proposta subscrita pelo PSD.

Por outro lado, Sr. Vice-Presidente, também foi a confirmação de que o Partido Socialista quer mesmo reduzir os subsídios já pagos aos outros funcionários da República na região. E isto é redistribuir a pobreza, não é aumentar as condições de vida, é redistribuir a pobreza.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente, tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, dividir é o que existe agora. Agora, os funcionários públicos da região têm um apoio, os funcionários da República, até hoje, passados 40 anos, não tiveram apoio nenhum.

Deputado Bruno Belo (PSD): Antes uma miséria do que nada!

Deputado Joaquim Machado (PSD): José Sócrates não resolveu isso?

O Orador: Até ao dia de hoje, a injustiça que existe e a divisão que existe foi tratar de forma diferente os funcionários públicos que exercem atividade nos Açores, fazendo com que os funcionários do Estado não beneficiem deste apoio para compensar os custos de insularidade.

Passaram-se 40 anos e isso nunca foi feito; agora, há a possibilidade de ser feito e há dois caminhos para ser feito: o caminho que a proposta do Partido Socialista defende, ao contrário do que a Sra. Deputada diz, é tratar todos os funcionários por igual e considerar que a insularidade, os custos da insularidade são iguais para todos e, logo, o apoio a atribuir de subsídio é igual para todos, independentemente de ser um funcionário público do Estado ou da região,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Então vai tirar aos funcionários de Santa Maria ...

O Orador: ... que é a proposta que o Governo dos Açores concorda, ou fazer uma outra proposta que é dizer que há, isso, sim, funcionários de primeira e funcionários de segunda e que os funcionários por serem funcionários do Estado, que até agora recebiam zero, vão receber mais do que os funcionários da região. Também não concordamos. A proposta justa e equilibrada é tratar todos os funcionários públicos, independentemente de quem é a sua entidade de tutela, por igual. Isto para mim é que é justiça, isto para mim é que era unir,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Então, e a Universidade dos Açores, Sr. Vice-Presidente?

O Orador: ... mas não é a dividir.

Agora, a segunda questão, nesta matéria, que a Sra. Deputada não respondeu e que ficou um pouco nervosa, é que nós estamos sobre uma anteproposta de lei, independentemente de ser aprovada a do Partido Socialista ou a subscrita pelos outros partidos, entra na Assembleia da República e pode ser alterada na Assembleia da República.

Deputado José San-Bento (PS): Exatamente!

O Orador: Ou seja, independentemente de ser aqui, nesta Casa, aprovada a do PS ou a dos outros partidos, há algo que muda no Plenário onde esta proposta será aprovada, é que se aqui a proposta do Partido Socialista tem a maioria do Plenário, a vossa proposta tem a maioria na Assembleia da República e se todos forem coerentes e continuarem a defender o que defendem aqui, na Assembleia da República, têm todo o poder, depois de aprovada aqui uma anteproposta para alterar, para que a maioria, na opinião, que para mim é errada, porque essa, sim, divide os açorianos, distingue os açorianos e os diferencia,...

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: ... seja aprovada em versão final a proposta com a maioria do PCP, Bloco de Esquerda, PP e PSD. Por isso, basta que todos sejam coerentes com aquilo que defenderem na Assembleia da República, daí dizer que há aqui um debate que não é o debate essencial. O debate essencial, na minha opinião, é ver uma anteproposta de lei, pela primeira vez, que é aprovada nesta Casa, que chega à Assembleia da República e que diz, “Acabou a diferenciação entre funcionários públicos; os funcionários do Estado têm o mesmo direito à mesma compensação que os funcionários que são da Administração Regional, independentemente da entidade em que prestam serviço”. Isso, sim, é uma grande conquista que se pode conseguir nesta Assembleia Regional.

Depois, a intensidade dessa diferenciação depende não desta maioria, mas de uma maioria na Assembleia da República, e aí estarei à espera de ver qual é a posição de coerência de todos os partidos nesta matéria.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, a questão aqui, o senhor, com este discurso, acaba de prestar um mau serviço à autonomia dos partidos políticos, nos Açores, porque o Sr. Vice-Presidente já aqui defendeu, ao longo de muitos anos, que muitas vezes tem uma posição diferente da estrutura nacional e o senhor acaba de fazer, neste momento, um discurso que as posições dos diversos partidos políticos têm de ser as mesmas aqui ou lá, em Lisboa ou nos Açores. E eu pergunto: “Então, e onde é que fica a autonomia dos partidos, que está reconhecida nos estatutos dos diversos partidos, nos Açores?”. Todos eles reconhecem que as suas organizações territoriais, nos Açores, são autónomas, têm órgãos próprios e têm deliberações próprias, são autónomas para decidir e muitas vezes têm posições diferentes, como, muitas vezes, no passado, o Partido Socialista nos Açores já teve uma posição diferente do que teve o Partido Socialista a nível nacional. A menos que o senhor me esteja a dizer, Sr. Vice-Presidente, que, neste momento, a estrutura regional do Partido Socialista não tem autonomia em relação à estrutura nacional do vosso partido.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Claro!

O Orador: Se assim for, se, neste momento, existe uma identidade total e absoluta e uma falta de autonomia do PS em relação à estrutura nacional, esse é um problema do Partido Socialista Açores, não é um problema das restantes forças políticas.

Segunda questão. A segunda questão tem a ver com misturar situações que são completamente diferentes. Nós aqui o que estamos a fazer é a não segregar as forças de segurança em relação àqueles que já usufruem destes subsídios, como, por exemplo, os magistrados, os oficiais de justiça, nas Finanças, ou outros apoios de outro índole, por exemplo, os médicos, que também são atraídos para aqui, para a RAA, criando um conjunto de incentivos e, portanto, o senhor está a querer comparar aqueles que são funcionários do Estado, menos este último exemplo que eu dei, com funcionários da região. E eu penso que, neste momento, o que aqui existe é um debate a nível dos funcionários do Estado e o que eu lhe pergunto é o seguinte: existe alguma razão objetiva para diferenciarmos um juiz de um elemento das forças de segurança? Existe menos dignidade, menos importância no desempenho profissional de um polícia em relação ao que é o desempenho profissional de um outro funcionário do Estado que é um juiz? Há alguma razão objetiva para existir essa diferenciação entre estes

dois funcionários do Estado ou os polícias têm que ser minorizados no âmbito da sua função, ou seja, no âmbito em que nós temos que comparar dentro do funcionalismo do Estado? E o que eu lhe pergunto é o seguinte: se está em desacordo com, neste momento, os subsídios que recebe, por exemplo, um juiz, o Partido Socialista pode aqui propor, também através de uma anteproposta, para a reduzir, para lhe retirar esse incentivo. Também pode dizer a mesma coisa em relação aos oficiais de justiça. Então, se é injusto, que se proponha que se retire também. Esse é o raciocínio, é a conclusão lógica, Sr. Vice-Presidente, a que nós podemos chegar através da sua argumentação, da sua intervenção.

Deputado José San-Bento (PS): Passos Coelho já resolveu isso!

O Orador: Para concluir, o seguinte.

A força de uma anteproposta, na minha opinião, não está nos partidos que a subscrevem, se é o Partido A, B ou C; a força de uma anteproposta está no facto de ser decidido neste Parlamento, nesta Assembleia. A força de uma anteproposta, quando chega à Assembleia da República, tem a ver com a força da autonomia, tem a ver com a força e o prestígio do Parlamento dos Açores. Não chega lá a dizem, “Proposta do PSD, proposta do PS”, proposta do Parlamento dos Açores e é isso que dá força a uma anteproposta na Assembleia da República.

Para terminar, meus senhores, dizer-vos o seguinte. Os senhores continuam a insistir na discriminação das forças de segurança. Eu não posso aceitar que os senhores continuem neste discurso, tentando discriminar, minorizar as forças de segurança, os elementos das forças de segurança, diferenciando-os de todos os outros funcionários do Estado. Eu não posso aceitar esse tipo de argumento e esse argumento é algo que desprestigia claramente muitos homens e mulheres que prestam um serviço absolutamente essencial nos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José San-Bento, tem agora a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os argumentos estão quase todos expendidos, portanto, do ponto de vista do Partido Socialista, a abordagem está a caminho da sua conclusão. Eu queria só deixar muito claro que se falou aqui de discriminação. A nossa proposta o que visa é precisamente que não haja discriminação entre os funcionários da Administração do Estado,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A vossa discrimina!

O Orador: ... que estão nas forças de segurança da região, e os funcionários da Administração Regional. Portanto, o nosso objetivo é precisamente esse, é que não exista discriminação.

E queria também reafirmar que a nossa proposta é fundamentada com critérios de justiça, de transparência e de equidade, que também nos parecem essenciais para esse diploma vencer na Assembleia da República. Nós vamos propor e a nossa proposta é tratar de forma diferente aquilo que são situações distintas e é isso que a nossa proposta consagra.

E mesmo para terminar, não resisto. O Sr. Deputado Bruno Belo, num esforço enorme para se manter à tona de água neste debate, não resistiu a dizer, numa interpretação que me parece entrar já quase no domínio da alucinação, não se ofenda com isso, mas, enfim, quando o senhor refere que nós queremos reduzir os rendimentos e as prestações aos funcionários. Sr. Deputado, o Governo que o senhor apoiou, entre 2011 e 2015, foi um Governo que, aliás, resolveu praticamente todas as questões que tanto preocupam o Deputado do PPM. Portanto, o senhor sabe perfeitamente que não é verdade o que procurou afirmar e sabe também que, nesta matéria, infelizmente, o passado do PSD é negro e o senhor não devia falar nisso.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não fale do seu passado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares, dispõe de apenas dois minutos.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Vice-Presidente, Sr. Secretário:

Na realidade, há duas maneiras de igualizar: é igualizar por baixo ou igualizar por cima.

Aquilo que o Partido Socialista está a fazer ao ufanar-se por estar a fazer com que os funcionários da Administração Central e da Administração Regional deixem de ter qualquer diferenciação tem que ter uma consequência, e a consequência, Sras. e Srs. Deputados e Sr. Vice-Presidente, só pode ser ir a Santa Maria e retirar o subsídio de insularidade...

Deputado José San-Bento (PS): Sabe que não é isso!

A Oradora: ... que aqueles elementos recebem; ir à Polícia Judiciária e retirar; ir ao SEF e retirar; ir aos juízes e aos magistrados e retirar; ir aos funcionários dos tribunais e retirar. E, portanto, Sr. Vice-Presidente, o Partido Socialista escolheu igualizar por baixo, todos muito contentinhos com 14 euros.

Deputado José San-Bento (PS): Equidade!

A Oradora: Esqueceu-se é que há outros que têm mais do que isso, e bem, mas a igualização foi feita por baixo.

Deputado José San-Bento (PS): Equidade!

A Oradora: E falam em coerência, é isto a coerência?

Deputado José San-Bento (PS): Equidade! Não sabe a diferença entre igualdade e equidade?

A Oradora: Todos iguais, mas uns acima e outros abaixo? É isto a vossa coerência e sentido de... Pronto, então, na realidade não há mais nada a dizer.

Deputado José San-Bento (PS): Equidade! Já disse isso três vezes!

A Oradora: Eu estou perfeitamente esclarecida. Mais! Tenho a certeza que todos os elementos da segurança pública, nesta região, estão esclarecidos,...

Deputado José San-Bento (PS): Nisso concordo consigo!

A Oradora: ... todos os açorianos e açorianas estão esclarecidos e ficam a temer que haja uma anteposta de lei apresentada nesta Câmara que venha dizer que se deve retirar todos os subsídios de insularidade que os funcionários da Administração Central recebem, nesta região,...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada!

A Oradora: ... para ficarem todos iguaizinhos à Administração Regional. Cuidado, açorianos e açorianas.

Deputado José San-Bento (PS): O papão!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que os açorianos sabem é que foi por iniciativa do Partido Socialista que os açorianos têm, neste momento, um complemento às suas remunerações, têm, neste momento, um imposto sobre o rendimento do seu trabalho mais baixo do que a nível nacional.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Foi por quem?

O Orador: Que têm um complemento que tem, neste momento (estou a referir-me à última alteração que houve sobre esta matéria)...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ontem, de manhã!

O Orador: Eu sei exatamente as palavras que estou a dizer.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): A gente não duvida!

O Orador: Ou seja, o património que o Partido Socialista e este Governo têm é os açorianos saberem que se nas mesmas condições têm o seu rendimento disponível mais 270 milhões de euros do que se vivessem ou trabalhassem em igualdade de circunstância no continente e na Madeira. É esse o património que têm.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem lembrado!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): E a Universidade? Os funcionários públicos da Universidade?

O Orador: Agora, havia uma situação de injustiça que, até agora, havia, Sra. Deputada. Há 40 anos que os funcionários do Estado não tinham direito a esta compensação pela insularidade. Os senhores acham que é

mais, até acham que é mais aqueles que quando estiveram no poder achavam que não devia haver.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não somos nós! É o Estado!

O Orador: Mas isso, estamos habituados àqueles que quando estão no Governo cortam e quando estão na oposição querem dar sempre mais daquilo que se propõe. Mas faz parte da história.

Deputada Zuraida Soares (BE): Está a falar do Partido Socialista!

O Orador: Agora, o que sabiam, o que sabem as forças de segurança, até hoje, é que nunca lhes foi atribuído qualquer apoio pelo simples facto de terem uma compensação pelos custos superiores que existem nos Açores, ao contrário do que havia com os funcionários públicos da região.

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas não têm todos, Sr. Vice-Presidente!

O Orador: O que aqui se propõe é tratar todos por igual. Pela primeira vez, tratar todos por igual.

Deputada Zuraida Soares (BE): Mentira!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas 70% não recebe nada!

Deputado José San-Bento (PS): Não é verdade!

Deputado Bruno Belo (PSD): É verdade sim!

O Orador: Atribuir aos funcionários públicos do Estado exatamente o mesmo apoio que os funcionários públicos da região.

E é isso que nos distingue: é tratar todos por igual. Ao contrário do que a Sra. Deputada diz, sem retirar nada a ninguém, mas tratando, a partir de agora, todos por igual, independentemente de serem do Estado ou da região. Isto é que é justiça, isto é que é sentido de equilíbrio, na minha opinião.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta é a minha última intervenção sobre esta matéria. Há pouco não referenciei o seguinte.

Como o Sr. Vice-Presidente acabou de reconhecer, durante muitos anos, estes funcionários tiveram as carreiras congeladas,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E têm!

O Orador: ... estes funcionários também tiveram (e têm!) um aumento de impostos que ocorreu, nos Açores,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não! Mantêm o que têm!

O Orador: ... como todos os outros funcionários e a verdade é que as entidades autonómicas não os protegeram e, durante vários anos, eles tiveram o aumento dos impostos da região, tiveram a política de congelamento das carreiras do país e não tiveram acesso a nenhum

complemento salarial que os protegesse, nem que fosse, do ponto de vista histórico, de fazer justiça, esta proposta que nós estamos aqui a apresentar já seria uma proposta eticamente de valor muito...

Mas eu considero que além desta questão há uma segunda questão que o Sr. Vice-Presidente aqui referenciou e que o Sr. Vice-Presidente sabe que não é verdade. O que eu lhe pergunto é o seguinte. Os funcionários do SEF, que já recebem verbas muito superiores em relação ao subsídio de insularidade, estes funcionários vão passar a receber menos?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não!

Deputada Zuraida Soares (BE): Então, onde é que está a igualdade?

O Orador: Então, onde é que está a igualdade? O senhor continua a manter as diferenças entre os funcionários do Estado.

Portanto, esse argumento, Sr. Vice-Presidente, acabo de lhe demonstrar que esse argumento não é verdadeiro.

(Burburinho da Câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Vou dar-lhe outro exemplo.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Os senhores é que deveriam retirar!

O Orador: Um juiz vai passar a receber um subsídio de insularidade mais baixo? É evidente que não vai. Cá temos. Então, onde é que está, Sr. Vice-Presidente, a igualdade que o senhor está a apregoar? Não há igualdade absolutamente nenhuma. Os senhores mantêm a diferença, os senhores estão a aprovar uma proposta que não atinge 70% dos elementos da segurança pública.

Deputado Manuel Pereira (PS): Isso é falso!

O Orador: Não é falso, são os documentos que aqui tenho, não tenho nenhuma razão para colocar em causa a idoneidade das instituições e dos sindicatos da Polícia de Segurança Pública. São tão idóneos como qualquer outra instituição. Portanto, não diga isso, não coloque em causa a palavra das pessoas e das instituições.

Portanto, neste momento, há aqui uma proposta que, ao contrário do que é afirmado por parte do Partido Socialista, mantém a desigualdade, é injusta e não resolve o problema da maioria esmagadora dos homens e mulheres que trabalham nas forças de segurança que servem os Açores.

Deputado José San-Bento (PS): Oh, senhor, estamos a fazer uma proposta para as forças de segurança!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Bruno Belo, tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Uma pergunta muito simples. Um agente das forças de segurança, segundo a proposta do Partido Socialista, que aufera a retribuição mínima mensal garantida recebe 57,83 euros; aquele que ficar entre o escalão de 1216 e 1304,99 euros receberá 14,46 euros. Sr. Vice-Presidente, para que fiquemos esclarecidos em relação a equidade, queria que o senhor me dissesse qual é o valor do subsídio de insularidade de um magistrado, qual é o valor de subsídio de insularidade de um funcionário judicial, qual é o valor do subsídio de insularidade de um notário ou de um funcionário da conservatória.

Muito obrigado.

Deputado José San-Bento (PS): Faça um requerimento!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Vice-Presidente, tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Sr. Secretário:

Oh, Sr. Deputado, eu acho que se há alguém, se há um partido que não devia debater estas matérias é o PSD.

Deputado Luís Garcia (PSD): Porquê?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Vamos debater as matérias que os senhores quiserem!

O Orador: É o partido que aplicou uma sobretaxa de IRS a todos os funcionários públicos; que cortou nos vencimentos; que retirou o subsídio de férias e o subsídio de Natal...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Para pagar a bancarrota do Partido Socialista!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem é que cortou o abono de família agora, Sr. Vice-Presidente?

O Orador: ... e que, inclusivamente, nos Açores, em relação aos notários, retirou as compensações que tinham e vem agora falar? Mas mais grave, que teve quatro anos maioria absoluta,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem é que retirou o abono de família?

O Orador: ... na Assembleia da República,...

Deputado Bruno Belo (PSD): O senhor não queria dizer isso!

O Orador: ... e sobre estas mesmas pessoas, funcionários na região, que agora vem discutir que 50, 60 é pouco, quando tiveram maioria absoluta o que é que deram? Zero! Deram zero! E agora acham que 50 ou 40 é pouco. Para quem deu zero, 40 ou 50 é muito! Mas não se trata de ser muito ou pouco,...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... porque já percebemos que quando estão na oposição acham sempre pouco, quando estão no Governo acham sempre de mais. Isso, os açorianos já os conhecem perfeitamente, portanto, não vale a pena perder muito tempo sobre esta matéria.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A si também! Cada vez mais!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Agora, há uma coisa que é certa. O que esta proposta faz é tratar todos os funcionários públicos por igual, ou seja, não há insularidade de primeira e insularidade de segunda,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Todos não!

O Orador: ... não há insularidade maior...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O senhor deixou a Universidade de fora!

O Orador: ... para quem é funcionário do Estado ou insularidade menor para quem é funcionário da região. Passam todos, aqueles que não tinham subsídio de insularidade, a ter,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ah, é? Vou informar a Universidade!

O Orador: ... mas passam a ter exatamente nos mesmo montantes que os funcionários da Administração Regional. É este, e na minha opinião,...

Deputada Zuraída Soares (BE): Então não fica tudo igual!

O Orador: ... o conceito de justiça.

Mas como disse no princípio, e termino, esta é uma anteproposta de lei,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sr. Vice-Presidente, fui aumentada e não sabia!

O Orador: ... caberá à Assembleia da República e à maioria que se estabelecer na Assembleia da República estabelecer a dimensão dessa compensação desta injustiça.

Se forem todos coerentes, não com o passado, porque a maioria, no passado, na Assembleia da República, o que fez foi dizer que era zero, mas, se quiserem ser coerentes, agora, com certeza, terão as respostas que acham mais justas e que eu não é a que defendo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quando é que o senhor propôs isso?

O Orador: Sobre esta matéria, vamos ser claros. A Assembleia da República tem, agora, desta Assembleia, uma proposta para corrigir uma injustiça,...

Deputada Zuraída Soares (BE): Desta Assembleia? Não é desta Assembleia!

O Orador: ... e que tratará de forma igual todos os funcionários públicos das forças de segurança...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não se meta por atalhos!

O Orador: ... com os funcionários públicos da região. Ou seja, para igual rendimento, igual compensação, porque, para nós, os custos de insularidade são iguais para todos e devem ser compensados da mesma forma por todos, independentemente de serem funcionários do Estado ou funcionários da região. Isto, para nós, é que é igualdade, para nós é que é justiça social, para nós não há funcionários de primeira e funcionários de segunda, são todos funcionários e existia uma injustiça até agora, que era os funcionários das forças de segurança do Estado não tinham direito a um subsídio de insularidade que os funcionários da Administração Pública da região tinham e houve a coragem de assumir uma maioria nesta Assembleia, que espero que se transforme numa maioria na Assembleia da República, para compensar esta injustiça e para que esses funcionários do Estado tenham o mesmo direito que têm os funcionários da Administração Pública Regional. É isto que está em questão e é esta mais uma imagem...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Fico feliz em saber, Sr. Vice-Presidente. Sou funcionária da Universidade e já estou em igualdade de circunstâncias!

O Orador: ... e é mais um património que consolida todo o esforço que fazemos para, por um lado, tratar todos os que trabalham nos Açores por igual e, particularmente, para compensar por igual os custos de insularidade, o que é um património, sem dúvida, que este Governo muito se orgulha.

Voices dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Sr. Membros do Governo:

É com tristeza que ouço as palavras do Sr. Vice-Presidente e tristeza porquê?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Eu fiquei muito feliz!

O Orador: Pela falta de respeito do esforço dos açorianos e dos portugueses em pagar a bancarrota do Partido Socialista.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Em 2011, fomos de chapéu na mão pedir dinheiro,...

Deputado Francisco César (PS): Olha a cassetete!

O Orador: ... pedir que nos emprestassem dinheiro, em 2015, tínhamos credibilidade. Sr. Vice-Presidente, continuo à espera que o senhor me diga qual é o subsídio de insularidade de um magistrado, qual o subsídio de insularidade de um conservador e qual é o subsídio de insularidade de um funcionário judicial.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa, de momento, não tem mais inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Bruno Belo, tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, era só para deixar registado que o Sr. Vice-Presidente continua sem responder às perguntas do PSD e não responder às perguntas do PSD não é só não responder às perguntas do PSD, é não responder aos açorianos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente, tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não queria fazer passar o Sr. Deputado Bruno Belo por esta resposta que lhe vou dar. Eu não respondi a primeira vez por consideração por si. Oh, Sr. Deputado Bruno Belo, os apoios atribuídos pelo Governo da República e pela legislação nacional que referiu são, primeiro, públicos, segundo, são da competência da República e não de competência do Governo Regional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E o senhor não sabe!

O Orador: Portanto, o Sr. Deputado não pode perguntar ao Governo Regional que responda um valor de alguém que é uma obrigação o Sr. Deputado conhecer para se quiser debater esta matéria e que não é uma informação do Governo Regional, porque não é uma competência da região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas o senhor sabe ou não sabe?

O Orador: E o Governo está aqui para responder no âmbito das suas competências à informação que é da região. Essa é uma informação comum de qualquer cidadão, não uma informação do Governo dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Deputado Luís Maurício (PSD): Fica registado que o senhor não sabe!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Bruno Belo, tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sr. Vice-Presidente Sérgio Ávila, com todo o respeito institucional que V. Ex.^a merece, eu também não esperava vir aqui dizer isso...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Com todo o respeito que V. Ex.^a me merece, enquanto Vice-Presidente do Governo dos Açores, Sérgio Ávila, não esperava dizer-lhe isso: os apoios são públicos e o senhor não mos disse, para não ficar com a vergonha das diferenças que existem entre esses subsídios de insularidade e os que os senhores, hoje, propõem.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso é que é!

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa, de momento, não tem inscrições.

Julgo não haver inscrições.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, não havendo inscrições, vamos então passar à votação.

Votaremos, em primeiro lugar, a **Anteproposta de Lei n.º 18/X**, uma vez que é a ordem que temos na nossa Agenda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A Anteproposta de Lei apresentada foi rejeitada com 31 votos contra do PS; 19 votos a favor do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Passamos agora à votação, na generalidade, da **Anteproposta de Lei n.º 20/X**.

Na generalidade, a outra foi recusada, pelo que não se avança para a especialidade.

Sendo assim, vamos votar a outra Anteproposta de Lei, a n.º 20/X.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A Anteproposta de Lei apresentada foi aprovada com 31 votos a favor do PS; 19 contra do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PPM, 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos entrar agora no debate e votação na especialidade.

Vamos colocar à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS ao artigo 1.º.

Sr. Deputado Manuel Pereira, tem a palavra.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

A proposta de alteração que apresentamos relativamente ao artigo 1.º, n.º 1, por indicação de que o termo técnico dos funcionários da Polícia Judiciária, para englobar todos os funcionários, incluindo os civis, portanto, é para esse efeito; e, no segundo, a introdução de “ou de idêntica natureza” é para que não exista confusão com, designadamente, o subsídio de residência que está, neste momento, em vigor para os agentes da PSP e GNR da ilha de Santa Maria.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação desta proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 31 votos a favor do PS; 1 do PCP; 18 votos contra do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 1.º com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS; 1 do PCP; 19 votos contra do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PPM.

Presidente: Pergunto à Câmara se posso colocar os restantes artigos do diploma à votação conjunta. Não.

Há algum que tenha que ser votado em separado, para facilitar...

Deputado Aníbal Pires (PCP): O 3.º, Sra. Presidente!

Presidente: O 3.º. Pois, então, sempre ajuda um pouco.

Vamos votar o artigo 2.º. Está à votação agora.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS; 1 do PCP; 19 votos contra do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado...

(Burburinho nas bancadas)

Secretária: Não sei se posso continuar?

Deputado António Marinho (PSD): O Sr. Vice-Presidente está bem sentado?

Deputado Luís Garcia (PSD): Nós podemos-nos ir sentar na bancada do Governo?

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): O senhor queria sentar-se na bancada do Governo?

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS; 18 contra do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Coloco então agora à votação os restantes artigos do diploma. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados com 31 votos a favor do PS; 1 do PCP; 18 votos contra do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PPM.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: Votação final global: a Anteproposta de Lei apresentada foi aprovada com 31 votos a favor do PS; 19 votos contra do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PPM; 1 abstenção do PCP.

Presidente: Terminámos, assim, estes dois pontos da nossa Agenda. Vamos fazer um intervalo.

Sr. Deputado Bruno Belo, pede a palavra para? Uma declaração de voto? Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Muito brevemente, uma declaração de voto com um sentimento de satisfação e um lamento. Sentimento de satisfação, porque, realmente, foi reconhecido que existe uma insularidade em todos os agentes das forças de segurança que prestam serviço na região; um lamento, porque o Partido Socialista preferiu aprovar uma proposta que não dignifica as forças de segurança, que não é justa, não é equitativa, em troca de uma proposta do PSD, do Bloco de Esquerda, do PP, do PPM e do PCP, que atribuía justiça, equidade, equilíbrio e dignificava as carreiras das forças de segurança, na região.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes de alguns Deputados do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Este é um dia importante, um momento de afirmação da autonomia,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É exatamente isso!

O Orador: ... através de uma proposta que dignifica as forças de segurança do Estado colocadas nos Açores.

O Partido Socialista votou a favor da sua própria proposta,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Era sua!

O Orador: ... porque, como é evidente, considera que esta proposta se fundamenta no fim...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... da discriminação entre funcionários da Administração Central e funcionários da Administração Regional e que também se alicerça em critérios de justiça, de transparência e de equidade.

É com muito orgulho que o PS votou a favor desta proposta.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é uma falta de respeito!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

O Orador: Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é que é uma falta de respeito!

O Orador: Hoje, esta Assembleia, independentemente do facto de não ter aprovado a proposta que o PCP tinha subscrito, a verdade é que a ALRAA acaba por criar ou enviar para a Assembleia da República uma indicação, através de uma anteproposta de lei, reconhecendo uma coisa que deveria ter sido o próprio Estado a reconhecer, há muito tempo. Esta iniciativa deveria ter partido do Estado e não da ALRAA.

Mas também é para isso que nós temos esta competência e, não tendo sido subscrita a proposta do PCP, o PCP não pode deixar de se congratular pelo facto de ter sido criado ou de estar a ser proposta à Assembleia da República a criação de um subsídio de insularidade para as forças de segurança.

O PCP absteve-se nesta proposta do Partido Socialista, porquê? Porque considera que o valor da renumeração complementar ao qual esta iniciativa está indexada é um valor tão baixo que acaba por não ter nenhuma repercussão relativamente ao chamado subsídio de insularidade. Mas o PCP não vai deixar de lutar para aumentar o valor da remuneração complementar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é uma intervenção ou uma declaração de voto?

O Orador: E estando o subsídio de insularidade indexado ao valor da remuneração complementar, esse subsídio de insularidade irá subir, certamente, quando for atualizado o valor da remuneração complementar. Aliás, gostava de lembrar ao Plenário que está a tramitar uma iniciativa do PCP que propõe um aumento do valor base da remuneração complementar de 10%.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares, para uma declaração de voto.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Secretários:

Afirmar a autonomia não pode ser, nem hoje, nem nunca, trocar os interesses e os direitos dos Açores pelas boas relações e pela calma com o Governo da República.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Afirmar a autonomia não pode ser sonegar aos funcionários públicos que prestam o seu empenho e o seu trabalho em favor desta região um direito que lhes assiste e é da total responsabilidade da República. Afirmar a autonomia não pode ser dizer que à Assembleia da República chegará uma anteposta de lei desta Casa quando cinco partidos desta Casa estão fora da causa subscrita pelo Partido Socialista. Porque a autonomia também é feita pelo Partido Social Democrata,...

Deputado José San-Bento (PS): Isso é uma interpretação sua!

A Oradora: ... pelo PPM, pelo CDS, pelo Bloco de Esquerda e pelo PCP. E afirmar a autonomia é defender a democracia; ignorar e banir esta verdade é pôr em causa a própria democracia.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Artur Lima, para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Assistimos, hoje, ao nascimento de um novo conceito de socialismo, um conceito de socialismo que exclui 70% e atribui privilégios a 30%.

Deputado José San-Bento (PS): Não é nada disso!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É esse o novo conceito de socialismo aqui apregoado pelo Sr. Deputado José San-Bento e pelos seus deputados, como ele gosta de referir.

Deputado José San-Bento (PS): É pena que o senhor não tenha entrado no debate!

O Orador: Pena é que os senhores não tenham querido e tenham andado a fazer o que fizeram em Comissão, quando os senhores apenas...

Deputado Miguel Costa (PS): Pena é os senhores não terem resolvido isto quando estiveram no Governo da República!

O Orador: Sr. Deputado Miguel, é falta de respeito agora ou não é? Não se pronuncia?

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima!

O Orador: Portanto, quando a equidade e quando se vem falar aqui em dupla insularidade, a dupla insularidade? Existe, mas os senhores nunca a conseguiram resolver nos Açores e quando é necessário que se dê um contributo para resolvê-la de fora, o Sr. Deputado José San-Bento argumenta...

Deputado Berto Messias (PS): O senhor esteve no Governo entre 2011 e 2015, porque não resolveu isso?

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, no âmbito da declaração de voto, não deve interpelar outros colegas.

Deputado José San-Bento (PS): Pode interpelar!

O Orador: A bancada do Partido Socialista...

Presidente: Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado Artur Lima possa fazer a sua declaração de voto.

Sr. Deputado.

O Orador: A pobreza de espírito...

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, por favor, faça o favor de continuar.

O Orador: ...Sr. Deputado José San-Bento...

Vou iniciar a minha declaração de voto.

A bancada do Partido Socialista inaugurou, hoje,...

Deputado Berto Messias (PS): Porque é que entre 2011 e 2015 não resolveram isto?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Os senhores estão no Governo há 20 anos!

O Orador: ... aqui, uma nova forma de socialismo, é que exclui 70% e acham que é equitativa, exclui 70% e acham que é igualdade. Portanto, temos aqui uma subserviência completa e total...

Deputado Berto Messias (PS): Entre 2011 e 2015 excluíram toda a gente!

O Orador: ... ao Governo da República. Não aprovaram a proposta, porque acham que iam onerar o Orçamento de Estado em 500 mil euros. É essa a atitude. Hipoteca-se a autonomia,...

Deputado Berto Messias (PS): Mas estamos à espera que apresente na Assembleia da República!

O Orador: ... hipoteca-se os interesses, hipoteca-se a necessidade de quem serve os Açores a bem do Partido Socialista e a pedido dos camaradas da República.

Por isso, a proposta do Partido Socialista é discriminatória, por isso votamos contra. É uma proposta que atenta contra os direitos, é uma

proposta que não corrige, é uma proposta que cria desigualdades e é uma proposta que envergonha este Parlamento e envergonha a autonomia.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(Diálogo entre os Deputados Berto Messias e Artur Lima)

Presidente: Srs. Deputados, apesar de não se terem apercebido, o Sr. Deputado Paulo Estêvão irá usar da palavra para fazer a sua declaração de voto.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente,...

Presidente: Srs. Deputados!

(Diálogo inaudível)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, pode começar.

O Orador: Sra. Presidente, em democracia temos que ter a capacidade de ouvir.

Sr. Deputado Berto Messias, faça-lhe um apelo direto para me deixar fazer a minha intervenção. Está a interromper constantemente, portanto, eu peço-lhe, para poder concluir, com educação. Está bem? Muito obrigado.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado José San-Bento (PS): São apartes!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): O senhor está farto de fazer apartes!

O Orador: Sim, são apartes, mas são continuados e impedem a intervenção do interlocutor.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, por favor, não entre em diálogo! Faça o favor de continuar!

O Orador: Portanto, aqui temos, evidentemente, todos que nos comportar com civilidade. Portanto, da minha parte, que tenho cometido excessos, estou agora a pedir-vos para que me deixem fazer a minha intervenção nesta matéria.

A questão aqui é essencialmente a seguinte. Eu votei contra esta iniciativa, que foi agora votada, do Partido Socialista, porque não resolve o problema. De facto, mantém desigualdades gritantes em relação a outros funcionários do Estado, como, por exemplo, em relação aos funcionários do SEF, em relação aos juizes, em relação aos funcionários das finanças e muitos outros funcionários do Estado. Portanto, mantém uma desigualdade enorme. Depois, tal como está escalonada, esta proposta deixa 70% dos elementos das forças de segurança de fora. Portanto, nesse sentido, estamos todos a perceber que mantém essencialmente a injustiça, não resolve o problema e, mais do que isso, e isto, para mim, é que é absolutamente fundamental e

que é muito negativo: há aqui uma menorização das forças de segurança, nesta proposta, como se os homens das forças de segurança ficassem contentes com migalhas, com 20 ou 30 euros, sabendo perfeitamente que este tipo de propostas menoriza estes funcionários.

É evidente que a resposta deles será de se considerarem desconsiderados com esta proposta, vão considerar-se minorizados, porque eles sabem que exercem uma função importante para a sociedade, uma função que a sociedade reconhece e valoriza e uma função que não merece ser diferenciada em relação aos outros funcionários do Estado.

Portanto, não há nenhuma correção, nenhuma injustiça, pelo contrário, há uma minorização destes homens. E por isso, neste sentido, isto é uma luta que não termina aqui. É preciso reiterar, é preciso que, de facto, se dê a estes homens um estatuto como aqui, há pouco, foi referenciado, um estatuto igualitário, e a igualdade é absolutamente fundamental quando falamos de sistemas democráticos. Não existe democracia se não existir igualdade, se não existir justiça. E nesta proposta do Partido Socialista não se faz justiça a tantos e tantos homens e mulheres que participam, que trabalham nas forças de segurança pública, na RAA, e que garantem o bem-estar das pessoas, garantem a sua segurança e garantem que aqui se possa trabalhar em segurança na nossa sociedade. E isto é uma função absolutamente fundamental que deve ser valorizada e esta proposta não a valoriza.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então fazer um breve intervalo. Regressamos às 18h10m.

Eram 17 horas e 49 minutos.

A redatora: *Sónia Nunes*